

REVISTA *SENHORITA*: ACESSÓRIO DA CESTINHA DE COSTURA?

Cynthia Greive Veiga (Belo Horizonte)

Senhorita, periódico surgido na cidade de Curitiba, estado do Paraná, em 12/10/1910, apresenta-se como 'quinzenário' feminino, sem ilustrações, 8 páginas, onde se distribuem colunas com assuntos diversos. É uma revista escrita por moças, para moças. Na contracapa da encadernação dos exemplares da biblioteca do *Ibero-Amerikanisches Institut Stiftung Preußischer Kulturbesitz* de Berlim há recortes de jornais colados, com comentários e felicitações para a nova revista¹. Me chamou atenção a ponderação do Jornal *Diário*:

Tivemos a satisfação de receber a amável visita de uma donairosa "Senhorita" que se nos apresentou modesta, porém repleta de atrativos e que nos encantou com sua fina prosa e suas maneiras gentis (...) Aplaudimos a lembrança dessa revista **que por certo vai ser um dos acessórios da cestinha de costura de nossas patrícias**². (Diário, 12/10/1910 *apud* Senhorita, n. 1, anno 1, 12/12/1910, contracapa) (grifos meus)

¹ São recortes dos seguintes jornais: Diário (12/10/1910); República (12/10/1910); Progresso (15/10/1910); *Der Beobachter* (15/10/1910); Concordia (26/03/1911) e outros dois não identificáveis.

² A ortografia foi atualizada para citações, exceto os títulos das colunas da revista.



Imagem 1: *Senhorita*, anno 1, n. 1: 1.
 Coleção do Ibero-Amerikanisches Institut, Berlin

A afirmativa expressa uma contradição de época, qual seja, ênfase nas referências reguladoras do feminino, no mesmo contexto de avanço dos movimentos de emancipação das mulheres. Tal ambiguidade marcou as revistas femininas surgidas nos séculos XIX e início do século XX, onde os conteúdos veiculados se mesclavam, entre a organização da cozinha pela dona de casa, citações moralistas de clássicos europeus, narrativas românticas enaltecedoras de mulheres idealizadas, e a defesa de direitos civis e políticos.

Esse é o foco desse texto, qual seja, a análise da ambiguidade de conteúdo em artigos de revistas femininas, especificamente na revista *Senhorita*, tendo sido a pesquisa realizada nos 15 números encadernados, publicados entre 1910 e 1911, e disponíveis no acervo do *Ibero-Amerikanisches*

Institut. Nesse estudo toma-se o impresso como objeto e fonte de pesquisa histórica, sem desconsiderar a necessidade da crítica documental, pela problematização do lugar de sua produção e dos sujeitos envolvidos (Luca 2006: 112).

Desde os primeiros impressos femininos surgidos no Brasil, é possível identificar ambiguidade de conteúdo, ora exaltando o suposto lugar natural da mulher, no comando dos afazeres do lar, ora condenando a submissão masculina e incentivando participação na política. O impresso *O Mentor das Brasileiras*, editado na cidade de São João Del Rei, Minas Gerais, que circulou entre 1829 e 1832, é um exemplo (Calsavara 2007; Jinzenji 2010). Explicitamente voltado ao público feminino, era dirigido pelo político local José Alcebíades Carneiro, e recebia colaboração de professoras e poetisas. Alcebíades dirigia-se ao então nomeado “belo sexo”, defendendo sua instrução, educação e participação política na sociedade, assim afirma:

Mais uma vez temos dito, que as Senhoras devem estar ao alcance da política, que devem saber a marcha dos negócios públicos, assim como das tramas, que a maldade dos homens costuma urdir nos gabinetes, nos tribunais, e nos tronos para forjarem a desgraça de seus semelhantes (*O Mentor das Brasileiras*, anno 2, n. 7, 11/01/1830: 1).

O editor do *Mentor das Brasileiras*, logo no primeiro número, promete divulgar artigos com conteúdo de educação moral, educação patriótica, lições de política e de história, mas também sobre belas artes e “notícias de modas, enfeites, com que [as mulheres] se adornam” (*O Mentor das Brasileiras*, anno 1, n. 1, 30/11/1829: 3). De fato, o periódico publicava fabulas, lições de política e história do Brasil, anedotas, poemas, fazia indicações de leituras, misturado com orientações de beleza, civilidades, maternidade, e boas virtudes.

Muitos foram os periódicos femininos publicados no contexto de uma nação com recente tradição na produção de impressos³. Estudiosas do assunto como, por exemplo, Norma Telles (1997), June E. Hahner (2003) e Nírcia Teixeira (2013) destacam a importância de periódicos pioneiros

³ A imprensa brasileira oficial somente iniciou suas atividades em 1808, com a instalação da família real portuguesa, e em meio a muitas turbulências políticas de movimentos independentistas. Entre folhetos, panfletos e periódicos, o século XIX foi de grande agitação no mundo das letras, num Brasil de mais ou menos, 85% de população analfabeta (Veiga, 2007: 237).

como *Espelho Diamantino*, de 1827 e *Correio das Modas*, 1839, do Rio de Janeiro, e *O Espelho das Brasileiras*, de 1831, de Recife. Ainda, de acordo com Teixeira (2014), desde a segunda metade do século XIX, periódicos femininos publicaram também escritos de notáveis literatos brasileiros, tais como, José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo e Machado de Assis, além de incluírem ilustrações, sendo que alguns, passaram a ser editados por mulheres. Esse foi o caso de *Jornal das Senhoras*, de 1852, editado por Joana Manso de Noronha; o *Belo Sexo*, por Julia Aguiar, de 1862; *A Família*, de 1863, por Josefina Álvarez de Azevedo; *O Sexo Feminino*, por Francisca Senhorinha da Motta Diniz, de 1873.

Em 1897, surge *A Mensageira*, *Revista literária dedicada a mulher brasileira*, por Presciliana Duarte de Almeida, com tiragem quinzenal, circula até 1900. A revista é apresentada como literatura feminista e tem em comum com as outras, a exaltação das funções femininas, ao lado da defesa dos direitos das mulheres à educação e ao voto. Destaca-se que Presciliana e sua irmã, Julia Lopes de Almeida, foram colaboradoras de *Senhorita*. Outra revista de relevo foi a *Revista Feminina*, com circulação entre 1915-1936, considerada a primeira de circulação nacional, inicialmente de perfil mais conservador. Acresce-se ainda, um número importante de periódicos generalistas, que passaram a contar com sessões femininas, com dicas de modas, receitas culinárias, e destaques sobre a importância da educação feminina.

Nesse mesmo tempo, também no Estado do Paraná, ocorreu significativo progresso da imprensa, quando, como em quase todo o Brasil, aconteceu um pequeno surto de industrialização e urbanização, e as cidades se tornaram centros irradiadores de progresso e consumo (Teixeira 2014: 83). Em Curitiba, capital do Paraná, não era diferente, a cidade, embora pouco populosa, se firmava como centro urbano em contraste com a característica totalmente rural do Estado, além de conviver, de modo cada vez mais crescente com a presença de imigrantes (alemães, poloneses, italianos, ucranianos, sírios, libaneses, japoneses). De acordo com o jornal *Paraná*, em 1907, a população da cidade era de 53.928 habitantes, e, no relato da colaboradora de *Senhorita*, Alda Silva,

[c]rê: progressos extraordinários têm aformoseado nestes últimos tempos a garbosa capital paranaense. Prédios se constroem dia a dia, numa admirável proporção; fabricas, atelieres vários se abrem apresentando ao público essas mil e mil coisas, que ele necessita na qualidade de civilizado. Sociedades múltiplas nas suas ideias, múltiplas nas suas ações, mas unitárias na essência – a fraternidade –

surgem magnificamente belas nos seus princípios que são de paz, majestosamente grandes nos seus desígnios, que são de luz. A imprensa símbolo da liberdade, porque ali palpitam libérrimos o pensamento, a consciência e a vontade, também se enriquece numa dilatação dignificante (*Senhorita*, anno 1, n. 2, 1910: 4-5).

Outra autora, Rosane Kaminski (2010), confirma o crescimento da imprensa em Curitiba, e destaca o aparecimento de revistas ilustradas, humorísticas, de temas urbanos e difusão de novos hábitos de lazer e cultura, enquanto expressão de modernização. Entre 1900 e 1920, a autora identifica algo em torno de 20 títulos, destacando a característica eurocêntrica de todos eles, assim afirma:

Aliás, o modelo dos periódicos locais originava-se dos periódicos europeus. Desde os assuntos veiculados até os recursos mais usuais de diagramação, ornamentação e estilo gráfico, a referência para os editores curitibanos eram as revistas e jornais franceses, ingleses ou alemães. No caso das revistas ilustradas, o modelo francês é não apenas evidente, como também indicador de uma certa predileção ou “hierarquia” presente nas representações de hábitos e valores dos imigrantes europeus de diversas nacionalidades que habitavam Curitiba. Em especial nas revistas de humor os sotaques e trejeitos dos imigrantes (alemães, poloneses, italianos e portugueses) eram satirizados (Kaminski 2010: 4)

Curioso observar que, apesar do surto das revistas ilustradas em Curitiba, com suas belas capas e estética modernista, *Senhorita* é uma revista sem nenhum apelo estético, e, ao que tudo indica, foi a primeira publicação curitibana dirigida e editada exclusivamente por mulheres, “preenchendo lacuna na vida social curitibana” (como registram os recortes dos jornais *Diário* e *Concordia*, colados na contracapa da cópia do *Ibero-Amerikanisches Institut*). Logo na apresentação da revista, a editora afirma que na ausência de uma “folha” que representasse o “sexo elegante”, em *Senhorita*, “a par de leitura amena, encontra-se as mil futilidades, indispensáveis e de estima das mulheres”. A revista tinha como objetivo, unir “o útil ao agradável”: estimular gosto literário, publicar músicas, crônicas de modas, contos, poesias, informações domésticas, variedades, páginas infantis, bem como inserir “movimento social” (*Senhorita*, anno I, n. 1, 1910: 1).

A intenção era coerente, pois esse foi um contexto de expansão da mobilização social das mulheres de classe média e alta no Brasil, seja por

meio da criação de agremiações, com fins de socialização feminina, seja pela expansão das discussões feministas. Somente em “Senhorita”, nos 15 fascículos analisados, foram registrados nada menos que 22 agremiações/sociedades femininas, em atividade na cidade, de menor ou maior duração, e com ações variadas. Além da divulgação dessa movimentação social, indicando protagonismo feminino, a revista teve também, como objetivo, abrir espaço para movimento social feminista. De acordo com o comentário do *Progresso*, de 16/10/1910, fixado na contracapa da encadernação,

[a]plaudimos calorosamente a iniciativa, **partidários como somos da igualdade de direitos da mulher**, cujo desenvolvimento intelectual nos séculos por vir, há de dar para as artes e ciências, e, para nosso assombro, muitas Georges Sand, e muitas Me. Curie, isto porque as necessidades da luta da existência, **se bem que em prejuízo de suas qualidades afetivas**, cada vez mais vão desenvolvendo a intelectualidade da mulher. (*Progresso*, 16/10/1910, *apud* Senhorita, n. 1, anno 1, 12/12/1910, contracapa) (grifos meus)

O dilema apontado pelo comentarista, da “perda” de qualidades ditas femininas, mas com “ganho” na razão e intelectualidade, está em total consonância com a história das relações de gênero, no âmbito do processo civilizador em curso, tensão que também pode ser observada de modo recorrente nos artigos publicados em “Senhorita”, e que aqui vamos discutir. Para isso organizamos o texto em dois itens, o primeiro, “Linhas e agulhas”, enfoca a elaboração histórica das referências reguladoras das virtudes femininas, especialmente como lugar das mulheres de elite e como integrante do processo civilizador eurocêntrico; o segundo, “Livros e penas”, analisa as ênfases dadas a educação formal das mulheres e a importância de seu engajamento na luta pelos direitos feministas.

Linhas e agulhas

A boneca é uma das mais imperiosas necessidades e ao mesmo tempo um dos mais encantadores instintos da infância feminina. Vestir, enfeitar, despir, tornar a vestir, ensinar, ralhar um pouquinho, amimar, cantar, embalar, fazer dormir, afigurar-se que um objeto qualquer é alguém, eis resumindo o futuro da mulher. **Sonhando e tagarelando, fazendo enxovaizinhos, cozendo vestidinhos, fraldas, cueiros, a criança passa a ser menina, a menina**

a ser moça, a moça a ser mulher. O primeiro filho é a continuação da última boneca. Uma menina sem boneca é quase tão infeliz e tão completamente impossível, como uma mulher sem filhos (*Senhorita*, anno II, n. 15, 1911: 4-5) (grifos meus).

A autoria dessa citação, publicada na revista, foi conferida a Victor Hugo (1802-1885), os dizeres, são um, entre tantos outros, que certificam a afirmação de Simone de Beauvoir (1908-1986): “Não se nasce mulher, torna-se mulher [...] nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade” (Beauvoir 1980: 9). Ao questionar a existência de uma essência feminina inata, imutável, inferior, remete a problematização das dinâmicas sociais que produzem a mulher como “segundo sexo”.

Também o sociólogo Norbert Elias (1897-1990) apresenta importante contribuição para essa discussão, qual seja, o conceito de alteração no equilíbrio de poder, como possibilidade de problematizar historicamente as dinâmicas de produção das desigualdades entre gêneros (Elias 1998). Elias demonstra em seus estudos, como nas sociedades como um todo, os homens, enquanto grupo social, adquiriram recursos de poder muito maiores que as mulheres, o que favoreceu a elaboração de um código social dominante que relegou as mulheres a uma posição inferior. Contudo, no âmbito das dinâmicas do processo civilizador em curso, desde o século XVI, é possível identificar um lento crescimento da vantagem de poder para as mulheres, culminando com os movimentos de emancipação feminina no século XIX, em forte tensão com a imposição da naturalização das virtudes femininas e enaltecimento da mulher como rainha do lar.

De acordo com Elias (1994: 184-185) favoreceu para isso o desenvolvimento de novos códigos de comportamento, voltados cada vez mais para a autocorreção, em detrimento da coerção externa, que se desenvolveram no contexto da modernidade europeia, de profundas mudanças políticas, econômicas e redefinições sociais. Entre elas, ressalta-se a emergência da família burguesa e a elaboração de novos papéis femininos para a mulher: boa mãe, boa dona de casa, boa esposa. Contudo, nesse contexto, estiveram em curso, não somente alterações nos padrões das relações de gênero, mas concomitantemente, alterações nas relações geracionais, o que produziu novas referências reguladoras do feminino, que se consolidaram no século XIX.

Estou me referindo aqui à elaboração histórica na modernidade europeia, das especificidades da infância em relação ao mundo adulto, amplamente discutidas por Philippe Ariés (1987), entre outros autores, descons-

truindo a ideia de uma infância naturalizada. No processo de produção das distinções sociais, pela difusão de padrões de comportamento de um adulto civilizado, ocorreu a conscientização do distanciamento necessário para produzir a infância como tempo social único, diferenciado dos adultos (Veiga 2004: 63). Ou seja, as questões relativas à diferenciação da infância em uma sociedade dita civilizada, só podem ser compreendidas em relação à estrutura da sociedade como um todo, e aos padrões de comportamento de adulto e de criança exigidos e mantidos pela sociedade. Na análise de Elias

[o] controle mais rigoroso de impulsos e emoções é inicialmente imposto por elementos de alta categoria social, aos seus inferiores ou, no máximo, aos seus socialmente iguais. Só relativamente mais tarde, quando a classe burguesa, compreendendo um maior número de pares sociais, torna-se a classe superior, governante, é que a família vem ser a única – ou, para ser mais exata, a principal e dominante – instituição com função de instalar controle de impulsos. Só então a dependência social da criança face aos pais torna-se particularmente importante como alavanca para a regulação e moldagem socialmente requeridos, dos impulsos e das emoções (Elias 1994: 142).

Portanto, a produção das referências de mãe zelosa, boa esposa e boa dona de casa, se vinculam, não somente as alterações sócio históricas nas relações de gênero, como também, nas relações geracionais, fato que demandou aprendizagem. Isso pode ser observado, principalmente, pela circulação cada vez mais ampliada de publicações especializadas, na expectativa de que a mulher aprendesse de forma racionalizada a incorporar as novas referências reguladoras do feminino. A ênfase predominante era a de que, deste aprendizado, derivaria a formação da criança civilizada e a constituição de uma família e sociedade harmonizadas.

Evidentemente que essas temáticas estiveram presentes em *Senhorita*. Embora não se caracterize como revista de família, ou, explicitamente para mulheres casadas, pois, é uma revista para moças, ainda assim possui função pedagógica, como a maioria das revistas femininas. Nos números da revista, encontram-se textos, por exemplo, que evocam o papel da mulher na educação dos filhos, ou de ser mãe. Vejamos o que escreve Julia Lopes de Almeida:

Ser mãe é **renunciar a todos os prazeres mundanos**, aos requintes do luxo e da elegância; é deixar de aparecer nos bailes em que a vigília se prolonga, o espírito se excita e o corpo canas no gozo das

valsas [...] é passar noites num cuidado incessante, em sonos curtos, leves, com o pensamento sempre preso a mesma criaturinha rósea, pequena e macia que lhe suga o sangue, que lhe magoa os braços, que a enfraquece, que a enche de sustos, de trabalhos e prevenções, mas que a faz abençoar a ignota providência de a ter feito mulher, para poder ser mãe! (*Senhorita*, anno II, n. 9, 1911: 2) (grifos meus)

É preciso problematizar porque esse tipo de concepção de ser mulher/ser mãe, veicula reiteradamente nos periódicos de época. Não seria obvio, ou natural, que as mães renunciassem aos prazeres da vida para cuidar dos filhos? Não, historicamente não era obvio esse comportamento, pois, o papel e responsabilidade materna mudou radicalmente entre séculos XVI e XIX, quando, então, se consolidou a função naturalizada de ser mãe abnegada. Isso esteve diretamente relacionado ao desenvolvimento do modelo da família nuclear burguesa, concomitante ao aparecimento de novas formas de controle da sexualidade e da afetividade, entre homens e mulheres, adultos e crianças; das alterações no equilíbrio de poder entre os sexos; bem como, do desenvolvimento de saberes sobre o cuidado com o corpo e a saúde.

As condições de consolidação da família nuclear, apesar de desde muito ter sido amplamente defendida pela Igreja, estiveram intimamente relacionadas ao desenvolvimento das necessidades de autocontrole dos desejos e das emoções. Elias observa que nos casamentos da sociedade da corte, séculos XVII e XVIII, eram toleradas as relações extraconjugais de homens e até certo ponto, das mulheres. O autor destaca a ocorrência de uma emancipação controlada das mulheres neste contexto, na medida em que, dado um grau de controle civilizado das emoções e de racionalização das atitudes, os homens não tinham como manter uma esposa à força, e por isso as deixam em liberdade, confiando no seu bom senso (1994: 182-183). Entretanto,

este fortalecimento da posição feminina na sociedade implicou (dizendo esquematicamente) uma diminuição nas restrições aos seus impulsos e um aumento das restrições nos dos homens. Ao mesmo tempo, forçou ambos os sexos a adotar uma autodisciplina nova e mais rigorosa em suas relações recíprocas (Elias 1994: 183).

Com o fim das sociedades aristocráticas absolutistas, e desenvolvimento da sociedade burguesa, intensificaram-se as relações de interdependência pelo dinheiro e pelo comércio, ocasionando, novas divisões do trabalho e aumento das demandas por autocontrole. Foi necessário intensi-

ficar os padrões de auto coerção, a partir do aparecimento das diversas funções burguesas e da ascensão de distintos grupos sociais, que disputavam entre si a regulação da sociedade, entre tais padrões, esteve o crescimento do poder do marido sobre a mulher.

Como discute Michelle Perrot, a família nuclear desqualificou as sexualidades periféricas, e em nome da natureza, por exemplo, o código civil francês (1804) estabeleceu a prioridade absoluta do marido no lar e do pai na família, em detrimento da mulher, sendo que a centralidade no homem se fundou nos argumentos da ciência e da razão (1991:105-106). Dessa maneira, a família nuclear, a partir do século XIX, apresentou-se como uma instituição legítima de controle dos impulsos e dos comportamentos dos adultos, de jovens e crianças. Elias observa que:

Não deixa de ter um toque paradoxal o fato de que, à medida que aumentam o controle, a restrição e o ocultamento de ardores e impulsos, que são exigidos do indivíduo pela sociedade e, por conseguinte, se torna mais difícil o condicionamento dos jovens, mais a tarefa de instalar os hábitos socialmente requeridos se concentre na família nuclear, no pai e na mãe... A inter-relação dos hábitos de pais e filhos, através da qual a vida instintiva da criança é lentamente modelada, é assim determinada por nada menos do que pela razão (Elias 1994: 187-188).

De fato, o apelo à racionalização das atitudes esteve presente em maior ou menor proporção, em várias obras dos séculos XVIII em diante, em particular aquelas dedicadas a necessidade de educar a mulher como uma nova pessoa adulta. Concorreu para isso, além das questões aqui mencionadas, o também desenvolvimento dos saberes médicos higienistas e dos temas dedicados a economia doméstica. Pode-se afirmar que, a produção de uma nova condição de ser adulto, para as mulheres, se fez em uma longa duração histórica de aprendizagem, por exemplo, sobre o aleitamento materno, práticas higiênicas de cuidar dos filhos e da casa, controle dos afetos (evitando violência física e excesso de mimos). Vejamos brevemente, como esses temas se organizaram na história.

Vários autores demonstram que, entre as mulheres das classes superiores das sociedades ocidentais, em diferentes tempos, a amamentação foi, somente excepcionalmente, uma prática materna. Michel Rouche, entre outros, observa que, na alta idade média em geral, “a criança era bem acolhida, confiada a amas entre os ricos, e amamentada até os três anos entre o povo” (1990: 444). É provável que a prática do aleitamento esti-

vesse associada, durante séculos, a uma prática de distinção de classes, pois o costume de confiar filhos a nutrizes e amas, por parte das mulheres da classe alta, era comum em diferentes sociedades. Por sua vez, é curioso observar que o aleitamento somente se estabeleceu como padrão de comportamento maternal, no momento em que foi adotado pelas mulheres burguesas, a partir de fins do século XIX, num contexto em que as mulheres do povo, cada vez mais presentes no mercado de trabalho, já não podiam mais amamentar seus filhos e dessa maneira se estabeleceram à margem do padrão social de ser uma boa mãe.

Outra referência reguladora do feminino, produzida no contexto, refere-se à devoção pelo trabalho doméstico e pelo lar. Tal qual referíamos na questão do aleitamento, mas com diferenças, também a valorização do cuidado do lar somente ganhou visibilidade a partir do momento em que as mulheres burguesas se tornaram ‘senhoras do lar’. Curiosamente, ainda que, em geral, elas administrassem o trabalho doméstico executado por governantas ou criadas, tal prática não impediu a divulgação de um padrão de ser boa mulher: a de ser boa dona de casa, ao saber selecionar bem as suas empregadas.

Tal qual outros periódicos direcionados para mulheres, a revista *Senhorita* traz várias informações ‘uteis’ para as donas de casa e/ou mães de família, ainda que, às vezes, sem muita certeza, se dever-se-ia adotar uma postura mais feminista ou ‘feminina’. Por exemplo, nos dois primeiros números há uma “Sessão Infantil”, com contos (nada infantis), entretanto, nos números posteriores essa sessão foi suprimida. Noutro exemplo, a sessão “Cadernos de notas de uma dona de casa”, aparece somente no primeiro número, com orientações para saúde e alimentação das crianças. Nos outros números, a coluna foi renomeada com o título “Notas caseiras”, agora, com dicas diversificadas, de alimentação, cremes, tira manchas, receitas culinárias, etc., ainda assim, não deixou de focar o trabalho doméstico. É o que podemos constatar no “Notas caseiras” do número 4 da revista, com a seguinte dica: “A cozinha: Que cuidados exigirá de uma dona de casa modelo, a sua cozinha?” Após discorrer sobre todos os procedimentos a serem adotados por uma dona de casa econômica, resume “A cozinha, pois, assim como todas as sessões de uma casa de família bem organizada, deve impressionar pelo máximo asseio e bela boa disposição de todos os utensílios” (*Senhorita*, anno 1, n. 4, 1910: 7).

De modo geral, a valorização da dona de casa e do aconchego privado do lar, criou discriminações quanto a vida pública, ou exercício de determinadas atividades que envolviam contato com público, ou exposição pública. Michele Perrot afirma que, devido a nova condição feminina, a

partir de meados do século XIX, “a maioria das mulheres se retira da esfera econômica para se isolar em casa” (1991: 141). Para compreender esse novo movimento, é preciso reportarmos, mesmo que muito brevemente, as relações de trabalho e família, presente nos períodos pré-industrial e industrial.

Martin Segalen destaca que, na alta idade média as famílias dos trabalhadores rurais e urbanos se organizavam em função dos modos de produção vigentes nos diferentes contextos, e todos os seus membros participam das atividades de trabalho, sendo que no caso das famílias mais pobres, era comum os filhos menores serem postos a serviço em outras casas (1999: 9). Com o aparecimento dos trabalhos a domicílio, homens, mulheres e crianças, trabalhavam intensamente nos teares e dividiam as tarefas domésticas. No caso das famílias de negociantes burgueses de fins do século XVIII e início do século XIX, as mulheres participavam ativamente na administração dos negócios familiares (Perrot 1991: 108-109).

No Brasil, estudos indicam que, em geral, a participação das mulheres de classes altas nas questões relativas aos negócios familiares não era muito comum (Quintaneiro 1995: 46; D’Incão 1997: 228). O mesmo não aconteceu com as menos afortunadas, sendo possível encontra-las desenvolvendo atividades produtivas, as mais variadas, em ambientes domésticos ou não. Miriam Knox Falci constata, por exemplo, em relação ao sertão nordestino, a presença de mulheres de classe média que sobreviviam ou complementavam a renda familiar através de diversos trabalhos como, costura, flores, bordados, aulas de piano (1997: 249). Joana Maria Pedro (1997) relata a particularidade da organização familiar no sul do país, onde as mulheres foram fundamentais para a instalação das colônias, além de que inúmeras delas auxiliavam os maridos na administração de pequenas casas comerciais, quando não executavam estas atividades sozinhas (1997: 280).

Evidentemente, mulheres pobres, inevitavelmente, se dedicavam a inúmeros ofícios como, quitandeiras, lavadeiras, fiandeiras, além do trabalho das mulheres escravas⁴, das “negras de tabuleiro”, marcando a presença feminina no espaço urbano. Também é fundamental considerar o trabalho feminino nas fábricas (Girolletti, 1991) e em várias atividades urbanas desenvolvidas ao longo do século XIX e início do XX, no contexto do capitalismo em expansão. Há de se considerar que, a exploração do trabalho feminino nas fábricas e no campo, não se vincula a nenhuma questão feminista, mas inteiramente capitalista.

⁴ A abolição da escravidão no Brasil, se fez apenas em 13/05/1888.

Apesar disso, assim como na Europa, no Brasil, a difusão do novo padrão de mulher como rainha do lar, afetou, mais cedo, ou mais tarde, mulheres de diferentes origens sociais, inclusive, estigmatizando aquelas que, por sua condição social, não podiam atender imediatamente a esse modelo. Joana Maria Pedro afirma, em relação ao sul do país, que, “[a]s famílias demonstravam sua distinção social, entre outras coisas, pela dedicação de suas mulheres exclusivamente aos papéis familiares” (Pedro 1997: 285).

O mesmo poderíamos dizer em relação ao restante do Brasil, tendo-se em vista a vasta circulação por todo o país de livros e periódicos dedicados ao tema. Tais publicações veiculavam “um projeto civilizador com pretensão de construir novos homens e mulheres divulgando imagens idealizadas para ambos os sexos” (Pedro 1997: 281). Ou seja, a mulher precisou aprender a ser mais que uma figuração familiar, precisou aprender a ser uma boa dona de casa e uma boa esposa para realizar as tarefas domésticas, para administrar com racionalidade os empregados da casa, e ainda para saber como se dedicar a família, ao marido, aos filhos. Ainda nos dizeres de Segalen,

[a] emergência da ideia de lar, cujos cuidados são confiados à mulher, já não assenta unicamente numa divisão técnica ou tarefas. O lar veste-se de todas as virtudes, em oposição ao mundo exterior, que encaixa as desordens humanas e sociais” (Segalen 1999: 23).

Na perspectiva da ambiguidade de conteúdos presente em periódicos de mulheres, *A Mensageira*, embora fosse uma referência de imprensa feminista, pela defesa da educação como chave de libertação das mulheres, do direito de voto e acesso a profissões, também publicava artigos com reforço nas virtudes da rainha do lar. Do *Livro das Noivas*, de Julia Lopes de Almeida, foi publicado na revista o trecho a seguir:

Com as mãos sujas de carvão, ascendendo o fogo para fazer o almoço do marido, cosendo-lhe a roupa, amamentando os filhos, varrendo a casa ou interpretando Chopin; pintando uma aquarela ou amarrando um buquê, a mulher tem sempre a mesma poesia: a de trabalhar para ser agradável, útil, boa, para satisfazer uma necessidade moral ou intelectual do esposo e da família, revelando-se amorosa e digna do doce e pesado encargo que a sociedade lhe destinou (*A Mensageira*, anno1, n.1, 1897: 14).

Pois bem, nos dizeres de Martha dos Guimarães, colaboradora de *Senhorita*:

Precisamos, pois, dar as nossas filhas uma educação mais sólida e aproveitável na vida prática: saber bordar, gomar, cortar e costurar seus próprios vestidos, para que a preocupação constante do trabalho, lhe dê mais amor ao *menage*, do que a vaidade feminina do luxo. Eu, que possuo uma filha, sinto a necessidade de educa-la assim (*Senhorita*, anno 1, n. 5, 1910: 4).

A educação para ser uma boa esposa, se orientou pelos princípios da boa dona de casa e boa mãe de família, numa perspectiva de pessoa abnegada. Nas palavras atribuídas a Rousseau (1712-1778) e publicadas na *Senhorita*, temos o seguinte conselho:

A primeira e a mais importante qualidade da mulher é a doçura. Feita para obedecer, a um ser tão imperfeito como é o homem, quase sempre cheio de vícios e sempre de defeitos, a primeira coisa que tem a fazer é aprender a sofrer tudo, até a injustiça e a suportar todos os erros do marido, sem se queixar (*Senhorita*, anno II, n. 9, 1911: 6).

De modo geral, no século XIX, o lugar da mulher não era o mercado de trabalho, sendo que, no caso das famílias pobres e operárias, o trabalho feminino era considerado uma ‘contingência’. O modelo padrão em vigor foi o da mulher no lar e a ênfase em sua educação esteve amplamente orientada para este setor da vida. Entretanto, há de observar alguns esforços no sentido de encaminhar as mulheres menos afortunadas para uma profissionalização, desde que não as distanciem de seu lugar social, tais como aprender a bordar, coser, cozinhar, fazer flores, além da profissão de professora.

Importante lembrar que, no Brasil, em geral no início do século XIX, a frequência de uma moça a uma Escola Normal, não necessariamente implicava na inserção no mercado de trabalho como professora. Muitas estudavam como complemento de formação para o casamento, costumava-se dizer que o curso normal era ‘espera marido’. Assim confirma Annete Macedo, na *Senhorita*:

Estou estudando na Escola normal. Mesmo que eu não venha a ser professora, o que aprendo, muito me serve na vida prática. Todo meu esforço serve muito bem para cumprir o meu dever [...] As minhas aspirações se resumem assim: *quero igualar a minha mãe e nada mais* (*Senhorita*, anno 1, n. 2, 1910: 1-2).

A condição feminina entre fins do século XVIII e primeira metade do século XIX foi se tecendo de modo muito peculiar, devido a polaridade da trama. Em um mesmo período, é possível identificar importantes avanços nas conquistas femininas, e ao mesmo tempo, o encarceramento das mulheres nas referências reguladoras do feminino. Annete Macedo, autora do trecho em destaque, como muitas outras mulheres, é um exemplo, embora usufrua da possibilidade de estudar, quer ser igual a mãe, e assim, cumprir o seu ‘dever’. Importante destacar, que, nesse contexto, a discussão sobre a escolarização das mulheres se fez de modo controlado, por vezes, sutil. Afinal, educar-se para que? Para quem?

Livros e penas

Cara Lili,

[...] não te incluas no número daquelas que julgam, deva consentir, a educação das mulheres num certo número de conhecimentos superficiais que não passam de meros atavios. A educação da mulher não se deve restringir as simples habilidades de tocar um pouco de música, de falar, um tanto mal, o francês, de saber se vestir, de saber dançar, de confeccionar trabalhos de agulha, e tantas outras futilidades, muito das quais necessárias, mas que não podem de modo algum, limitar os conhecimentos de uma criatura humana.

Ela deve ser sobretudo instruída, para que possa compreender os seus deveres e os seus direitos, para que tenha bem nítida a intuição de suas atribuições na sociedade em que vive, **a fim de não representar o papel ridículo de uma boneca enfeitada, mas o papel de um ser consciente, duma criatura verdadeiramente racional** (*Senhorita*, anno1, n.2, 1910: 5) (grifos meus).

Assinado por Alda Silva, este trecho compõe um texto de congratulação pelo aparecimento de *Senhorita*, defendendo que, as mulheres não podem mais ficar confinadas ao ‘obscurantismo dos séculos’. Num viés contrário aos textos que enalteciam as referências reguladoras do feminino, algumas autoras-colaboradoras da revista, não somente contestaram tal perspectiva, como indicavam novas direções para o protagonismo feminino, enfatizando necessidade de mais educação, participação política e ampliação do leque de profissões. Nesse item será abordado, tanto o debate sobre a emancipação e participação política pelo direito de voto, como problematizar a defesa pela educação e escolarização.

O tema da emancipação feminina é bastante amplo e possui matizes, que envolvem a origem étnico-social e demandas diferenciadas, seja quanto a maior ou menor participação na cena pública e participação política, seja quanto ao acesso a instrução. Matizes esses plenamente identificáveis na *Senhorita* e em vários outros impressos. Destaca-se, que, de qualquer modo, para divulgar suas ideias, foi fundamental o domínio da palavra escrita, favorecendo com que as mulheres ganhassem influência em espaços notadamente masculinos, primeiro “pela correspondência, depois pela literatura e, por fim, a imprensa” (Perrot 1998: 59). Nesse contexto, de acordo com Perrot (1998), fazer um jornal, tornou-se um modo de expressão do feminismo, em quase toda Europa, e acrescentamos, também nas Américas.

A luta pela emancipação feminina tem dois marcos de escrita importantes, o texto de Olympe de Gouges, *Declarações do direito da mulher*, de 1791, e de Mary Wollstonecraft, *Uma reivindicação dos direitos da mulher*, de 1792. Ambas, desde fim do século XVIII, já apostavam na igualdade de direitos entre homens e mulheres (Bresciani 1992: 71). Importante destacar que o livro de Wollstonecraft, foi traduzido, a partir da versão francesa, pela feminista brasileira Nísia Floresta (1810-1885) e publicado em 1832⁵.

No século seguinte, por toda parte, ampliou-se o movimento feminista, contudo, para a grande maioria de mulheres, a condição de dependência econômico-financeira dos homens, predominou na permanência de uma figuração caracterizada por grande desequilíbrio de poder entre homens e mulheres. De qualquer modo, em todo o mundo, a imprensa feminista foi um veículo decisivo para a divulgação dos ideários da emancipação feminina, em seus matizes e contradições. A defesa do direito de voto também esteve registrada na *Senhorita*, em artigo de Reinaldina de Matos Lima, a colaboradora mais feminista da revista, ela afirma que,

[a] mulher não veio ao mundo para ser uma serva do homem. Assim pelo menos o entendo. A sua nobre missão no orbe terrestre não é tão somente criar e educar filhos, conhecer noções de física e química para saber colocar as panelas no fogo, consoante o entender de retrógados verdugos. **A mulher deve, unida, pelejar pela sua completa emancipação e, em tudo, equiparar-se ao homem,**

⁵ Norma Telles afirma que, entre as 3 edições, uma era de Porto Alegre, 1833; e outra, do Rio de Janeiro, pela Casa do Livro Azul, anunciado na imprensa por 500 réis em 1839 (Telles 1997: 405).

pois, essa guerra surda e constante que se nos movem, atribuindo-nos a completa ausência de massa cefálica [...] ficou reduzida a mais simples, com a recente experiência feita no Instituto Pasteur de Paris [...] demonstrou a perfeita e completa igualdade entre o homem e a mulher. O sistema de vida adotado nos Estados Unidos da América do Norte, onde a mulher, mesmo casada, governa-se livremente, **exercendo, não só o direito de voto nas eleições, como também a faculdade de concorrer a quase todas as funções públicas**, existindo até mesmo uma cidade, cujo nome, não me ocorre no momento, habitada por 50 milhões de habitantes, pertencentes exclusivamente ao sexo, que a vaidade masculina taxa de fraco, é uma prova de que a mulher é dotada de capacidade administrativa. **Ela pode, pois, deve e tem mesmo direito a gozar das regalias facultadas ao homem** (Senhorita, anno 1, n. 4, 1910: 2) (grifos meus).

Contudo, a defesa pelo voto feminino já vinha de longa data⁶. Foi debatido, primeiramente, por época das discussões sobre reforma eleitoral, proposta pelo imperador Pedro II, em 1878, mas somente finalizada com a publicação da Lei Saraiva em janeiro de 1881. Ferraro na análise que faz sobre os debates ocorridos, especialmente no que toca a proibição do voto dos analfabetos e voto feminino, destaca a recorrente referência a Stuart Mill (1806-1873), por parte de alguns políticos. Basicamente, eles centraram nas três teses presentes na obra *Considerações sobre o governo representativo*, de 1861; quais sejam: votantes devem ser pagadores de impostos; somente devem votar os alfabetizados e com conhecimentos básicos em aritmética; mulheres devem ter o direito de voto (Ferraro 2013: 187).

Não obstante, embora o problema da exclusão dos analfabetos tenha gerado muita polêmica, levando-se em consideração o alto índice de analfabetismo no Brasil, o mesmo não ocorreu com a exclusão das mulheres. É certo que a Lei de 1881, reafirma voto censitário, exclui analfabetos, mas é omissa quanto ao direito de votos das mulheres. Aproveitando dessa brecha, a dentista gaúcha Isabel de Souza Matos, reivindicou seu alistamento eleitoral em 1885, com base na prerrogativa do direito de voto aos portadores de título acadêmico, previsto na lei. Ganhou em 2.^a instân-

⁶ O Brasil foi um dos países pioneiros na concessão do direito de voto, pelo Código Eleitoral de 1932 (restritivo a mulheres casadas com autorização dos maridos; viúvas e solteiras com independência financeira), mas, retificado em 1934, com suspensão das restrições, sendo o voto obrigatório fixado em 1942.

cia, mas com a instalação da república, em 1889, teve o título negado (Biografia de Mulheres 2018: online).

A mesma omissão se repetiu na Constituição de 1891, pois o texto é vago, não indica proibição expressa da participação de mulheres, senão vejamos:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei. § 1.º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para as dos Estados: 1.º Os mendigos 2.º Os analfabetos; 3.º As praças de pret, excetuando os alunos das escolas militares de ensino superior; 4.º Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual (Constituição 1891: s.p.)

Contudo, pelos debates ocorridos, a negação era implícita. Conforme investigou Monica Karawejczyk, ao longo da assembleia constituinte de 1890-1891, a questão do voto feminino apareceu na proposição de seis emendas, todas negadas. A primeira, propunha conceder o direito de voto “[a]s mulheres diplomadas com títulos científicos e de professora, que não estiverem sob poder marital, nem paterno, bem como as que estiverem na posse de seus bens” (Karawejczyk 2011: 7). Na sequência dos debates, mais outras duas se apresentaram, defendendo o direito de voto às mulheres solteiras ou viúvas, diplomadas em direito, medicina ou farmácia, ou ainda, donas de escolas, empresarias de estabelecimentos industrial ou comercial. Outra emenda, assinada por 32 congressistas, incluía as mulheres casadas; e uma outra, abrangia mulheres casadas, possuidoras de diplomas universitários, que exercessem cargos públicos. A última emenda, solicitou o acréscimo do artigo 69,

que abriria a oportunidade de participar como eleitoras as mulheres casadas, as viúvas, que dirigissem estabelecimentos comerciais, agrícolas ou industriais, as que exercessem o magistério, ou outros quaisquer cargos públicos, e as que tivessem título literário ou científico por qualquer dos estabelecimentos de instrução pública da União ou dos estados (Karawelczyk 2011: 7).

Apesar das negações, os debates na Assembleia Constituinte, fomentaram inúmeras discussões e deixaram explícitos a apreensão de grupos conservadores quanto a emancipação feminina. Karawejczyk, destaca os principais argumentos dos congressistas contrários, quais sejam: desagre-

gação da família e da figura da mulher de sua missão doméstica e materna; o fato do direito de voto ainda não existir em nenhum país; oposição de gêneros (2011: 9-10).

Ainda assim, a professora e indianista, Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935), fundou no Rio de Janeiro, em 1910, juntamente com outras 27 mulheres, o Partido Republicano Feminino, no sentido de provocar o retorno do debate no Congresso Nacional. Telles afirma que o partido criou também o periódico *Tribuna Feminina. Órgão Oficial do Partido Republicano Feminino* (1997: 426). O texto do estatuto foi publicado no *Diário Oficial* de 17 de dezembro de 1910, destacamos aqui alguns artigos:

Art. 1.º De acordo com o art. 72, §8.º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, fica fundado o Partido Republicano Feminino, que obedecerá ao seguinte programa:

§1.º Congregar a mulher brasileira na capital e em todos os estados do Brasil, a fim de fazê-la cooperar na defesa das causas relativas ao progresso pátrio.

§2.º Pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de

Independência e de solidariedade patriótica, exaltando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século.

[...]

§4.º Pugnar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira.

§5.º Propagar a cultura feminina em todos os ramos do conhecimento humano.

Art. 2.º O Partido Republicano Feminino é uma instituição social de progresso individual, comum e geral; durará por espaço ilimitado no tempo; será constituído de número ilimitado de pessoas do sexo feminino domiciliadas no Brasil, sem distinção de nacionalidade nem de religião, e terá sua sede na capital do Brasil (apud Melo e Marques s.a.: online).

Evidentemente Leolinda não estava sozinha, em protesto contra a violência praticada com as sufragistas americanas, a colaboradora Reinaldina de Mattos Lima registra em 1911:

Sejam as minhas primeiras palavras os protestos veementes, contra o despotismo da polícia newyorkina [sic], que, obumbrando os deveres de conduta a que fez jus nosso sexo, efetuou a prisão de duzentas sufragistas, empregando para isso meios violentos e arbitrários, querendo desse modo sufocar a onda que se avoluma em favor da nossa emancipação política e social, na incomparável terra dos Yankees, com ramificação em todos os recantos do globo terráqueo (*Senhorita*, anno II, n. 9, 1911: 2)

Em outro texto, “A mulher brasileira na história”, por A. de P., faz-se comentário de conferência proferida por sr. Adrien Delpeach, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, que parece não ter dado muito valor a mulher brasileira em comparação com as francesas. Em seu comentário, A. de P., corrige o palestrante e afirma o crescimento do protagonismo das mulheres brasileiras:

Deve entretanto notar-se nos grandes centros uma reação, à medida que a vida se torna mais difícil, a mulher brasileira vai se modificando. Estuda, penetra nas administrações, no comércio. Nas pegadas de Nísia Floresta, que foi distinta mulher do século XIX, D. Carmem Dolores, D. Julia Lopes, D. Mimososa Dantas assinalaram-se nas letras, D. Nicolina de Assis e outras, nas artes (*Senhorita*, anno II, n. 8: 2-3).

Na mesma perspectiva crítica, Annete Macedo, em “Chroniqueta”, comenta a palestra de Dr. Emilliano Pernetta, ministrada na abertura do concerto musical ocorrido na Sociedade Carlos Gomes. Primeiramente, a autora transcreveu pequeno trecho da fala do orador, onde se lê: “A mulher deve ser vaidosa, procurar ser bela, porque ela é a irmã gêmea do artista. A mulher é inspiradora dos artistas. Ela deve enfeitar-se e ser vaidosa; porque na vaidade há orgulho, e no orgulho é que se encontra a dignidade”. Em seguida, contesta:

Perdoe o meu ilustre e querido mestre, se não estou bem de acordo com o senhor. Se luxo fosse a base da dignidade feminil, as mulheres pobres não poderiam ser dignas. Não poderiam ser dignas as que, por modestíssimas ou por desventuradas, não obedecem aos caprichos da moda. [...] A mulher inspiradora do artista não é a mulher postiça, porque esta já é uma obra de arte [...] A mulher artifício, a mulher mentira não pode ser a sua inspiradora (*Senhorita*, anno II, n. 15: 3).

Na mesma perspectiva ambígua de outros assuntos, as críticas sobre moda, também se apresentam na “Senhorita” de modo controverso. Embora, a maioria dos textos reproduzissem as tendências da moda da época, alguns fazem duras críticas. Dois deles, criticam o espartilho, símbolo de opressão, e outros, criticam, de modo conservador, a moda parisiense da saia calça (*jupes-cullotes*).

No texto “A moda e a emancipação”, Reinaldina de Mattos Lima, faz severas críticas as mulheres que se vestem apenas para agradar aos homens, citando, como exemplo, cortes sedutores de vestidos *entravê* e sans *dessous*. Também menciona mulheres que fizeram sucesso junto aos homens e que, não eram, nem tão belas, nem tão bem vestidas, tais como, Ta-Ki, Imperatriz da China; Anna Bolena, uma das esposas de Henrique VIII; Gabriella d’Estréas e mademoiselle La Villières. Quanto ao uso de espartilhos, afirma:

Com o uso de certas modas, teremos infalivelmente o desaparecimento do gênero Humano, pois, conheço mulheres que, com muitos meses já de gravidez, fazem ainda uso de espartilhos, contribuindo assim para a degenerescência dos seres que concebem. A extinção dos espartilhos é uma necessidade que se impõe. **Desapareçam as modas, salvando-se a humanidade e trabalhemos com devotamento, em prol da emancipação de nosso sexo** (*Senhorita*, anno II, n. 9, 1911: 2-3) (grifos meus).

O uso do espartilho era não somente criticado pelas feministas como altamente condenado pelos médicos. Em outro texto, “Traje feminino”, o médico Dr. F. D., além de criticar a estética exagerada dos vestidos e chapéus, explica detalhadamente os prejuízos físicos causados pelo uso do espartilho, ao comprimir vários órgãos. Compara as mulheres da cidade com as do campo que não faziam tal uso e eram mais saudáveis, enfim, ele afirma: “Apesar de tudo o que se há dito e que se tem escrito, as mulheres insistem, por um requinte de *coquetterie*, em conservar na sua *toilette*, o espartilho, com todos os seus inconvenientes” (*Senhorita*, anno II, n. 10, 1911: 4).

Curiosamente, no que se refere a moda da saia calça, colaboradoras feministas e não feministas de “Senhorita” se unem. No texto “As jupes-culottes”, Chrijantême, de imediato anuncia que não é feminista e detesta as “jupes-culottes”, para essa autora,

[a] mulher que quer se igualar ao homem, perde a sua graça, a sua linha, o seu encanto, sem adquirir, entretanto, a liberdade e a inde-

pendência, masculina. Cada sexo tem as suas qualidades próprias, e devemos ficar com as nossas, que são superiores, creiam. [...] A mulher deve ser fina, indolente, ligeiramente irônica, quando atacada, mas suave sempre [...] Deixar as “jupes-culottes” de lado, e usar roupas leves, rendadas, de tecidos finos, transparentes [...] Ser mulher é ser no moral, paciente, doce, perspicaz sem o parecer, olhar de alto para baixo, sem azedume [...] Imitar os homens para que? (*Senhorita*, anno II, n. 10, 1911: 5)

Na *Senhorita* de número 11, dois extensos textos opinam sobre a nova moda. O primeiro, “A saia-calção”, sem autoria, observa que as mulheres *coquettes*, é que aceitam a imposição de vestuários grotescos, como o da saia calção. Mas, de acordo com a autora, nem tudo estava perdido, pois num desfile em Paris, alguns modelos pareciam até agradáveis, e, para ela não havia menor problema em usar, o importante é ficar bonita, e seguir à risca o que pode fazer uma mulher bela, para isso,

[n]ão sejam, nem sufragetes, nem leitoras, nem médicas, nem advogadas. O homem tem a força e a inteligência. A mulher tem a graça. Seja, o encanto e o ornamento da sua vida laboriosa. Sejam a inspiradora. Consolem-se na pena, e fortifiquem-se na dúvida. Adornem os filhos, a casa, e a própria pessoa, de todas as delícias da arte (*Senhorita*, anno II, n. 11, 1911: 5).

Já, a feminista Reinaldina de Mattos Lima, no mesmo número, em “Emancipação...” parabeniza a população curitibana, por condenar a saia calção. E justifica:

Quando fiz a minha estreia no jornalismo, pelas colunas da SENHORITA, declarei-me francamente defensora da emancipação de nosso sexo, propósito que desejo manter, enquanto gozar da benevolência das diretoras desse elegante quinzenário, mas errônea e má, julgo a vereda trilhada, por muitas adeptas de meu ideal, que julgam chegar a meta ambicionada, pelo uso de trajes masculinos, as saias calções. Sempre e com máximo devotamento, advogarei a nossa causa, pleitearei perante o tribunal da opinião pública, a vitória do nosso almejo, e com ardor, procurarei combater a introdução do gérmen do despudor, que é a moda nos tempos atuais (*Senhorita*, anno II, n. 11, 1911: 5).

Na última página desse mesmo número, uma citação sem autoria, deixa claro a ambiguidade da revista: “A moda é o grande ídolo e a única lite-

ratura da mulher” (Senhorita, anno II, n. 11, 1911: 8). Essa afirmação é bastante provocativa, na medida que a propaganda pela educação da mulher era praticamente uma unanimidade. Em *Senhorita* o assunto é novamente controverso, qual educação? É possível encontrar na revista textos mais pedagógicos que parecem ser dirigidos a professoras, e opiniões mais gerais sobre educação de mulheres.

A educação de meninas, no Brasil, esteve em prática desde início da colonização no século XVI, com a ação dos jesuítas, e nas Ordenações Filipinas, que previam o provimento de mestres de costura para órfãs, a serem pagas pelas câmaras municipais. Não é possível desprezar, evidentemente, a instrução doméstica, largamente praticada no Brasil, até meados do século XX. Com crescimento da população feminina, a partir do século XVII, houve ainda a educação praticada em Conventos e Recolhimentos Femininos (Veiga 2007: 207). Uma das primeiras manifestações quanto a necessidade de melhor desenvolver a instrução feminina, com objetivo de educação para o lar, apareceu em 1746, na obra do português Luis Antonio Verney, *Verdadeiro Método de Estudar, para ser útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*, com apêndice sobre a educação das mulheres (Ribeiro 2000: 89). No século seguinte, houve expansão de colégios femininos particulares, institucionalização das escolas elementares e escolas normais para mulheres.

Destaca-se, que, embora, no início do século XIX, a frequência das meninas a escola não fosse obrigatória, era estimulada pelos governos locais, mas, o seu funcionamento estava condicionado a existência de professoras mulheres. Contudo, apesar da produção de ampla legislação regional para criação de escolas e formação de professoras; da presença recorrente de discursos políticos sobre a importância da instrução, em fins do século XIX, 85 % da população brasileira era analfabeta (Veiga 2007: 237).

No caso do estado do Paraná, o censo de 1906 acusava que mais de três quartos da população não sabia ler nem escrever (Bomeny 2003: online). Por época de circulação da *Senhorita*, o problema da precariedade do ensino público nesse Estado, pode ser detectado nas mensagens presidenciais. Na mensagem de 01/02/1910, o presidente Dr. Francisco Xavier da Silva declarava: “O ensino público, a despeito da solicitude que lhe tem sido dispensada pelos poderes legislativos e executivo, não tem tido o desenvolvimento correspondente ao aumento da população ” (Mensagem 1910: 9). Afirma ainda que, no orçamento esteve previsto subvenção de dinheiro público para escolas particulares, e que muitas crianças não frequentam escola devido a distância delas em relação a suas moradias. Registra criação de 485 escolas de instrução primária, sendo 118 de

meninos, 37 de meninas e 330 mistas, contudo somente 273 estão providas com professor.

A afirmação da insuficiência de escolas, se repete na Mensagem de 1911, onde encontramos os seguintes dados: 129 escolas particulares primárias receberam subvenção de dinheiro público e tem 2.931 alunos matriculados; há no Estado 514 escolas públicas primárias, mas somente 288 estão providas por professores, com total de 14.054 alunos. Observa-se que, se os dados estão corretos, a desigualdade é discrepante, pois as escolas particulares comportam em torno de 23 alunos por professor e as escolas públicas, quase 50 alunos. O relatório registra ainda: frequência de apenas 60 crianças no Jardim de Infância, sendo 25 meninos e 35 meninas; 157 alunos no “Gynasio Paranaense”; 155 alunos na Escola Normal, tendo concluído o curso, em 1910, 26 homens e 7 mulheres; 302 alunos na Escola de Bellas Artes e Industrias, sendo 191 homens e 111 moças; na Escola de Aprendizes Artífices, gratuita, matricularam-se 250 alunos, distribuídos nas oficinas de alfaiate, marceneiro, seleiro, tapeceiro, sapa-teiro, serralheiro (Mensagem 1911: pp. 8-9).

Destaco que a Escola Normal no Paraná, também como no restante do Brasil, foi criada ainda no século XIX, por lei de 1870 (Nascimento e Sousa, 2011: 267). Do mesmo modo, também ocorreram problemas com sua implantação, prédio inadequado e insuficiência de matrículas, que inicialmente, era restrita aos homens. Em 1906 houve uma reforma, com o estabelecimento do curso em quatro anos, contudo pela mensagem presidencial de 1911, ainda não tinha um prédio apropriado e a escola continuava funcionando no mesmo prédio do “Gynasio”.

Nascimento e Sousa analisaram o protagonismo de Julia Wanderley Petrich (1874-1918), primeira mulher a pleitear ao governo uma vaga na Escola Normal do Paraná, em 1891. Sua solicitação foi aceita, desde que buscasse outras moças, o que foi feito, inaugurando, portanto, classes femininas (Nascimento e Sousa 2011: 269-270). *Senhorita*, apresenta essa professora como

[p]rofecta educadora da infância curitibana, dispõe de variado preparo intelectual, tendo em tempos, colaborando com brilho na imprensa coestatina [sic]. Do magistério paranaense, foi a primeira representante do sexo frágil que conquistou diploma de normalista (*Senhorita*, anno II, n. 14, 1911: 8).

Julia Wanderley, também primeira professora nomeada pelo Estado em 1893, atuou como professora em ensino primário e normal e como direto-

ra de escola, bem como em movimentos sociais e feministas. Escrevia em jornais de imprensa diversa e jornal operário, sob pseudônimo de Augusta de Souza, também colaborava na revista *A Escola*.

Esta revista, era uma publicação do Grêmio dos Professores Públicos, e foi criada em 1906, com edição ininterrupta até 1910, quando encerra as atividades por problemas financeiros e falta de apoio do governo. Curioso observar que, *A Escola* é uma publicação predominantemente masculina, mas foi possível identificar uma professora que colaborava também com *Senhorita*, a professora Elvira Faria Paraná. Ela, na verdade repete em *Senhorita*, de 1910, artigo já publicado em *A Escola*, no ano de 1906⁷, expressando uma perspectiva mais libertaria de educação:

A escola primária é a base, senão primordial, pelo menos fonte secundária onde o povo vai haurir, as luzes que aclaram o espirito de seus filhos [...] A criança não se deve tornar um receptáculo das ideias de outrem, devendo interessadamente o professor habitua-la a agir por si mesma, a envidar esforços no intuito de descobrir o como e o porquê das coisas; pois do contrário, mais tarde na vida prática, ela só pensara de acordo com o que os outros pensarem e nunca terá liberdade de ação e de consciência (*Senhorita*, anno 1. n. 3, 1910: 2).

Aliás, em *Senhorita* é possível encontrar outros artigos que fazem críticas ao ensino mais tradicional. “A Boneca”, assinado por Laura, é um conto sobre uma menina rebelde, de 12 anos, que prefere brincar a estudar, “uma cabrita selvagem”. Contudo, o principal desejo da menina era ter um vestido comprido, pois, achava os que usava, muito curtos para sua idade; mas, por que não queria estudar, a mãe não deu um vestido à ela, que contestou, assim, se expressando:

É só gramática e aritmética e piano e *crochet* e pintura. Querem meter-me na cabeça um mundo de coisas e me dão um chapéu [...] são umas tampas ridículas. Tenho até vergonha de sair com tais coisas. E ao teatro? Por que não me levam? Vivem a dizer que o teatro é uma escola [...] Pois, me levem a tal escola. Querem agora que eu borde um porta-jornais (*Senhorita*, anno 1, n. 1, 1910: 6).

⁷ O mesmo artigo pode ser localizado em *A ESCOLA*, Revista do Grêmio dos professores Públicos, anno 1, n. 1, 1906: 9.

Ainda na proposição de uma educação emancipadora, encontram-se em “Senhorita”, artigos sobre Pestalozzi, Método Intuitivo, Lições de Coisas, similar ao conteúdo encontrado no *A Escola*. Também, chama atenção a notícia sobre a provável visita a Curitiba, da feminista e anarquista espanhola, Belén de Sárraga (1874-1951), escrita por Alda Silva. Logo na primeira página de *Senhorita*, Belén de Sárraga, é apresentada como incansável lutadora das questões sociais, perseguida politicamente, mas injustamente, participante ativa dos “Congressos de Livre Pensamento”. Além das lutas as quais esteve envolvida, era também adepta de “uma nova escola” e amiga de Ferrer (*Senhorita*, anno II, n. 13, 1911:1).

Interessante observar que em *A Escola*, encontram-se vários artigos sobre o pedagogo anarquista Francisco Ferrer (1859-1909), criador da pedagogia libertária e “Escola moderna”, que, devido as suas ideias revolucionárias, foi executado. Em Curitiba o professor Dario Vellozo, foi responsável pela divulgação das ideias de Ferrer e fundou em 1910, o Instituto Escola Moderna (*A Escola*, anno V, n. 1-3, 1910).

Noutro texto de *Senhorita*, Julia Lopes de Almeida aborda a relação entre escola e família. Em “A escola, memórias de um estudante”, ela conta que, o menino Chico, queria desistir da escola e ir trabalhar na roça. Uma demanda familiar para ele ler uma carta mudou o rumo de seu desejo, ele sentiu-se importante e gratificado com o mestre, por ter lhe ensinado a ler. Na memória de Chico, “Desde esse dia, parecia-me ver, estendida como uma asa imaculada, a mão branca de minha mãe a apontar-me a escola, aonde nunca mais faltei” (*Senhorita*, anno II, n. 7, 1911: 3).

Outros textos exaltavam a emancipação pela educação, de modo mais geral. Esse é o caso das moças da “Associação Feminil Livre-Pensadora”. De acordo com nota na revista, essa agremiação,

[t]em como norma, este grêmio, a absoluta democracia e liberdade na manifestação do pensamento e como objetivo, labutar a bem do progresso e engrandecimento da Pátria [...] Esclarecer quanto possível a sua inteligência na leitura de salutare e boas obras científicas (*Senhorita*, anno 1, n. 3, 1910: 1).

Ou então, a coluna “Movimento intelectual feminino”, presente nas revistas de 13 a 15, onde foram arroladas em ordem alfabética, o nome de 43 mulheres paranaenses, de destaque nas belas artes e letras:

Nas artes pinturescas [sic] principalmente, o elemento feminil se tem destacado, até mesmo em exposições havidas na capital federal. Evidenciando alto grau de progresso intelectual da mulher

paranaense, aí estão centenas de senhoras e senhoritas diplomadas pela nossa Escola Normal, aí estão as nossas conterrâneas laureadas por institutos de música e de pinturas, e também laureadas por escolas odontológicas e farmacêuticas (*Senhorita*, anno II, n. 13: 7).

Já Amélia Janny, em “A Educação Feminina” defende uma interessante concepção, a emancipação da mulher pelo trabalho. Contudo, inicia seu texto, avisando não ser a favor da educação feminina aos moldes do feminismo americano, “onde as mulheres vão aos tribunais, tem representação de voto, vida pública e política”. Como crítica as escolas brasileiras, ressalta que elas não ensinam a trabalhar, mas, pelo contrário, a aversão ao trabalho. Defende a aprendizagem de um ofício suficiente para a mulher ter autonomia, sem se masculinizar, o objetivo da educação da mulher, seria, no seu entendimento,

ve-la emancipar-se pelo trabalho e pela solidez de sua educação física e moral [...] já é tempo de sobra para pensarmos em arredar a educação das meninas as frivolidades de que a cercam; é tempo de nos sentarmos ao banquete do trabalho; é tempo de aprendermos a ser uteis, a ganhar meios de vida, pois até agora só temos sido um fardo para o pai, o esposo ou irmão [...]. Com uma variada instrução intelectual, haja nos colégios constante prática de todos os trabalhos domésticos e oficinas, onde a mulher aprenda uma profissão, conforme as suas forças físicas, aptidão, inteligência e condição de seu sexo. Que ela seja, pianista ou costureira, pouco nos importa isso, o que desejamos é que saiba ser útil a si e a outrem, que tenha uma arte ou ofício, que lhe garanta pelo trabalho, a sua única e verdadeira emancipação (*Senhorita*, anno II, n. 12, 1911: 2).

A temática da emancipação pelo trabalho, também apareceu outras vezes, como por exemplo na anedota de Zulmira Fagundes:

Parece-me que perante o número exíguo de casamentos, o governo devia chamar as senhoras para ocuparem certos empregos públicos, assim, por exemplo, nos correios e nos telégrafos. Adotada esta providência, estou certa de que aumentaria o número de pretendentes... aos vencimentos das novas funcionárias (*Senhorita*, anno II, n. 7, 1911: 3).

Considerações finais

O senhor, que se declara tão partidário do feminismo, já fez alguma [coisa] para a liberdade das mulheres?

– Já.

– Que?

– Conservei-me solteiro (*Senhorita*, anno 1, n. 4, 1910: 7)

Em *Senhorita*, até as piadas publicadas, traziam a marca da radicalidade, ou mesmo da ambiguidade em relação ao feminismo: como amar as mulheres e ao mesmo tempo, lutar com elas pela igualdade de direitos? Apesar da brincadeira sugerida, as questões que perpassam a piada são bem sérias, expressam as tensões presentes no processo de desconstrução das referências reguladoras dos sexos, e, conseqüentemente, as alterações no equilíbrio de poder entre homens e mulheres.

Durante séculos, as mulheres foram oprimidas dos mais diferentes modos, sem direito a uma vida própria, qual seja, sem propriedade, sem sexualidade e sem liberdade de pensamento. Foram silenciadas e submetidas as mais diferenciadas formas de violência, nos espaços domésticos e públicos, de modo que, tais coerções, tomadas como costume social, acabaram se transformando também em auto coerção. Por isso, como nos lembra Elias, homens e mulheres educados nessa tradição, não podem romper com ela, sem romper consigo mesmo e com o grupo em que vivem (1998: 246-247). Nenhuma revolução de costumes se faz sem conflitos, sem ressentimentos.

A questão da emancipação das mulheres é um dos temas mais controversos da história, pois, invoca discutir a total interdependência entre sexualidade, relações de gênero e poder. Os modos diferenciados como, historicamente se estabeleceu essa interdependência, são também, os modos como produziram-se as mudanças nas práticas de opressão ou libertação de homens e mulheres, no conjunto das sociedades. Portanto, os movimentos de emancipação feminina são movimentos que dizem respeito a profundas alterações nas relações de gênero e poder, sempre em construção.

As tensões constituintes desse processo podem ser localizadas no próprio aparecimento da escrita da história das mulheres. Se, o crescimento dos movimentos feministas se remetem a fins do século XVIII, com farta documentação produzida, entre diários, cartas, manifestos, panfletos, romances, revistas, etc., sua escrita somente teve lugar a partir das déca-

das de 1960-1970 (Scott 1992: 64). Com tanta documentação, porque o campo da escrita da história das mulheres, somente se desenvolveu recentemente? Essa resposta envolve várias questões, entre elas, ampliação do acesso das mulheres ao ensino superior, radicalização dos movimentos feministas, e revolução na historiografia.

Na perspectiva acadêmica, o aparecimento da história das mulheres, integra os movimentos mais amplos de crítica da historiografia tradicional, oficial, e, principalmente, dos debates relativos aos documentos como fonte de pesquisa histórica, já amplamente divulgados. Ainda que de modo diferenciado, desde as primeiras décadas do século XIX, historiadores de diferentes partes do mundo, reclamaram uma nova historiografia, para além da história política-oficial dos governantes e suas batalhas. Contudo, uma renovação historiográfica, demandou também, total revolução documental, de redimensionamento, não somente da crítica aos documentos oficiais, como de produção de documento histórico como fonte de pesquisa, a partir de qualquer vestígio, qualquer sinal (Le Goff 1984: 102).

Portanto, fazer história das mulheres, quando silenciadas pela história oficial, somente se fez possível, com uma nova concepção de fontes documentais. Aqui, em específico, destaco a imprensa feminina. Toma-la como fonte documental possibilita-nos um conjunto de questionamentos, por exemplo, as dificuldades históricas do acesso das mulheres a escrita; a produção dos impressos como formadores de opinião, e a imprensa feminina como voz das mulheres, mas principiante como voz das relações de gênero. A imprensa é, simultaneamente, a memória de um tempo, e formadora de opinião desse mesmo tempo. A revista *Senhorita*, aqui investigada, é um exemplo da fundamental importância das revistas femininas para a problematização da história das mulheres, num contexto em que, como vimos, muitas eram as contradições na representação do lugar social das mulheres, ou mesmo do lugar do feminino. *Senhorita* nos possibilita discutir as dinâmicas contraditórias no fazer-se mulher, levando-se em consideração as pressões sociais para sua afirmação como rainha do lar, e ao mesmo tempo, o desenvolvimento das manifestações e desejos por direitos civis e sociais.

Desse modo, não é possível pensar uma história das mulheres sem recorrer a imprensa feminina, de modo a nos aproximarmos do processo cotidiano de produção de seu protagonismo histórico-social, em meio a receitas culinárias, pontos de bordados, conselhos para noivas, escrita de romances, notícias da política, protestos feministas.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe (1987): *El niño y la vida familiar en el Antiguo Régime*. Madrid: Taurus.
- BEAUVOIR, Simone de (1980): *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BIOGRAFIA DE MULHERES (2018). <http://www.mulher500.org.br> (acesso em 24/06/2018).
- BOMENY, Helena (2003): *Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira*. <http://cpdoc.fgv.br> (acesso em 24/06/2018).
- BRESCIANI, Maria Stela M. (1992): “A mulher e o espaço público”. Em Bresciani, Maria Stela M. et al. (org.): *Jogos da política. Imagens, Representações e Práticas*. São Paulo: Marco Zero, pp. 67-86.
- CALSAVARA, Eliana de Lourdes (2007): “*Tornem-se estimáveis por vossa sabedoria e vossos costumes*”: a proposta de educação para mulheres no jornal *O mentor das Brasileiras* (São João Del Rey, Minas Gerais, 1829-1832). Belo Horizonte: Faculdade de Educação, dissertação de Mestrado.
- D'INCÃO, Maria Ângela (1997): “Mulher e família burguesa”. Em: Del Priore, Mary (org.): *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp. 223-240.
- JINZENJI, Monica Yumi (2010): *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- ELIAS, Norbert (1993): *O processo civilizador*, v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1994). *O processo civilizador*, v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____ (1998). “El cambiante equilibrio de poder entre los sexos”. Em: Weiler, Vera (org.) *Norbert Elias. La civilización de los padres y otros ensayos*. Bogotá: Norma, pp. 199-248.
- FALCI, Miriam Knox (1997): “Mulheres do Sertão Nordestino”. Em: Del Priore, Mary (org.): *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp. 241-277.
- FERRARO, Alceu Ravello (2013): “Educação, classe, gênero e voto no Brasil imperial: Lei Saraiva, 1881”. Em: *Educar em Revista*, 50, pp. 181-206.
- GIROLLETI, Domingos (1991): *Fábrica, convento, disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- HAHNER, June E. (2003): *Emancipação do sexo feminino. A luta pelos direitos da mulher no Brasil (1850-1940)*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- KAMINSKI, Rosane. (2010) O belo efêmero, o gosto brejeiro: imagens da vida fugidia nas revistas curitubanas (1910-1920), pp. 01-32, <https://www.academia.edu/12234112> (acesso em 23/06/2018)
- KARAWEJCZYK, Mônica (2011): “O Voto Feminino no Congresso Constituinte de 1891: Primeiros Trâmites Legais”. Em: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, ANPUH. <http://www.snh2011.anpuh.org> (acesso em 23/06/2018).

- LUCA, Tania Regina de (2006): “História dos, no, e por meio de periódicos”. Em: Pinsky, Carla Basanezi (org.): *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, pp. 111-154.
- LE GOFF, Jacques (1984): “Documento / monumento”. Em: *Enciclopédia Einaudi, vol.1*. Porto: Imprensa nacional, pp. 95-106.
- MELO, Hilda Pereira de / MARQUES, Teresa Cristina de Novaes (s.a.): *Partido Republicano Feminino*. <http://cpdoc.fgv.br> (acesso em 25/06/2018).
- NASCIMENTO, Maria Isabel Moura / SOUSA, Nilvan Laurindo (2011): “A Escola Normal de Curitiba e o pioneirismo de Julia Wanderley”. Em: *Revista HISTEDBR On-line*, 42, pp. 265-278. <https://periodicos.sbu.unicamp.br> (acesso em 24/06/2018).
- PEDRO, Joana Maria (1997): “Mulheres do Sul”. Em: Del Priore, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp. 278-321.
- PERROT, Michele (1988): *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1991): “Funções da família”. Em: Ariès, Philippe / Duby, Georges (orgs.): *História da vida privada, v. 4*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 105-120.
- _____ (1998): *Mulheres públicas*. São Paulo: UNESP.
- QUINTANEIRO, Tânia (1996): *Retratos de Mulher*. Petrópolis: Vozes.
- RIBEIRO, Arilda Ines Miranda (2000): “Mulheres educadas na colônia”. Em: Lopes, Eliane Marta Teixeira et al. (orgs): *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 79-94.
- ROUCHE, Michel (1990): “Alta Idade Média Ocidental”. Em: Ariès, Philippe / Duby, Georges (orgs.): *História da vida privada, v. 1*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 399-530.
- SCOTT, Joan (1992): “História da Mulheres”. Em: Burke, Peter (org.): *A escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: EDUSP, pp 63-96.
- SEGALEN, Martine (1999): “Famílias em França”. Em: Burguière, André et al. (Orgs.): *História da Família, v. 4*. Lisboa: Terramar, pp. 05-36.
- TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges (2014): “Entre o público e o privado: imprensa e representação feminina”. Em: *Encuentros*, 2, pp. 79-92.
- TELLES, Norma (1997): “Escritoras, escritas, escrituras”. Em: Priore, Mary Del: *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, pp. 401-442.
- VEIGA, Cynthia Greive (2004): “Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos”. Em: Faria Filho, Luciano Mendes (org.): *A infância e sua educação. Materiais, práticas e representações. Brasil e Portugal*. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 35-82.
- _____ (2007). *História da Educação*. São Paulo: Ática.

Documentos

Periódicos

Acervo: Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital – <http://bndigital.bn.gov.br> (acesso em 18/06/2018)

A ESCOLA. Revista do Grêmio dos Professores Públicos. Curitiba, anno1, n. 1, fevereiro de 1906

A ESCOLA. Revista do Grêmio dos Professores Públicos. Curitiba, anno 5, n. 1-3, janeiro-março de 1910

A MENSAGEIRA: Revista literaria dedicada á mulher brasileira. São Paulo, anno 1, nr. 1, 15/10/1897

O MENTOR DAS BRASILEIRAS. São João D’el Rey, Typografia do Astro de Minas, anno 1, n. 1, 30/11/1829.

O MENTOR DAS BRASILEIRAS. São João D’el Rey, Typografia do Astro de Minas, anno 2, n. 7, 11/01/1830.

PARANÁ. Curytiba, Oficinas da Livraria Economica, anno 1, n.1, agosto de 1907.

Acervo: Ibero-Amerikanisches Institut – Berlim

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno 1, n. 1, 12/10/1910.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno 1, n. 2, 29/10/1910.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno 1, n. 3, 12/11/1910.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno 1, n. 4, 26/11/1910.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno 1, n. 5, 10/12/1910.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno 1, n. 6, 25/12/1910.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno II, n. 7, 14/01/1911.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno II, n. 8, 25/02/1911.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno II, n. 9, 11/03/1911.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno II, n. 10, 25/03/1911.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno II, n. 11, 08/04/1911.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno II, n. 12, 29/04/1911.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno II, n. 13, 13/05/1911.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno II, n. 14, 03/06/1911.

SENHORITA. Curitiba, Typografia Der Beobachter, anno II, n. 15, ?/ ?/ 1911.

(Página da capa faltando)

Legislação

Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891) 1891) http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm (Acesso em 20/06/2018)

Mensagens presidenciais

Acervo: Center for Research Libraries, Chicago <http://www.crl.edu> (acesso em 17/06/2018)

MENSAGEM do Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigido pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado ao instalar-se a 1.^a sessão da 10.^a Legislatura em 1.^o de Fevereiro de 1910. Paraná, Curytiba, Impresso nas oficinas de “A República”, 1910.

MENSAGEM do Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigido pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado ao instalar-se a 2.^a sessão da 10.^a Legislatura em 1.^o de Fevereiro de 1911. Paraná, Curytiba, Impresso nas oficinas de “A República”, 1911.